



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARTICIPATIVO (DAP) APLICADO NA COMUNIDADE TRADICIONAL INDÍGENA

Área temática: Meio Ambiente.

Ana Caroline Costa Nogueira¹; Adriana Maria Imperador².

¹Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Campus Poços de Caldas/MG; Ciência e Engenharia Ambiental;

Resumo: O trabalho baseou-se na experiência de pesquisa de mestrado com a comunidade tradicional indígena Xucuru-Kariri. O objetivo foi a realização do levantamento ambiental através da participação. Obteve-se os principais problemas sociais e ambientais locais. Esse tipo de metodologia se mostrou eficiente na identificação e caracterização dos problemas, favorecendo a conscientização ambiental e trabalhos de extensão.

Palavras chave: Extensão, Xucuru-Kariri, Levantamento participativo.

1. Introdução

A comunidade indígena Xucuru-Kariri, público alvo da pesquisa, tem sua origem no estado de Alagoas no município de Palmeira dos Índios. Por inúmeros conflitos em disputas por terras com fazendeiros da região, parte da comunidade se deslocaram, fazendo moradia em outras três cidades. Em maio de 2011 se instalaram no município de Caldas no estado de Minas Gerais na Fazenda Boa Vista, onde permanecessem até o ano de 2016.

Um trabalho de extensão é a união da sociedade com universidade tendo um objetivo comum, a solução de problemas que através de realidades e opiniões diferentes proporcionam mudanças e novas perspectivas. A extensão segue um conceito de construção ou (re) construção de conhecimento, envolvendo, além dos universitários, atores e públicos com culturas, interesses e níveis de educação diferenciados



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

(THIOLLENT, 2002). Situação abordada e encontrada durante todo o projeto em questão, ainda mais por se tratar de uma tribo indígena, onde proporcionou um trabalho enriquecedor e único.

O Diagnóstico Ambiental Participativo (DAP) é uma metodologia derivada do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) que teve sua origem por meados da década de 70, mas só se efetivou no início dos anos 90. As duas metodologias têm suas características bem semelhantes: o enfoque interdisciplinar, o aprendizado rápido e progressivo e não possuem procedimento padrão. O objetivo principal do DRP era atingir as zonas rurais levando o desenvolvimento. Devido ao grande sucesso em seus resultados e aceitação, surgiram outras formas de se realizar um diagnóstico, agora com outros enfoques principais (CHAMBERS, 1994; VERDEJO, 2006).

Chambers (1992), a metodologia é como um termo empregado para designar um conjunto de métodos e abordagens que possibilitam às comunidades compartilharem e analisarem suas percepções acerca de suas condições de vida, no planejar e agir. Ainda Freitas et al. (2012) define que o diagnóstico é um método para obtenção e construção coletiva das informações sobre determinadas realidades. Seu nome constitui participativo, porque o processo para obtenção de informações é feito com envolvimento de pessoas, que juntamente com os mediadores constroem dados para mudanças. Sem dúvida alguma a participação da comunidade diagnosticada de forma efetiva faz com que haja a troca de saberes, onde o mediador possa da melhor forma direcionar as atividades buscando atender as necessidades locais.

A participação, nos processos de diagnósticos e planejamentos participativos, é na verdade a divisão de poder no processo decisório. Onde as partes tomam controle sobre a execução e a avaliação dos resultados pretendidos. O ato de participar é que faz todo o processo acontecer. Onde os principais interessados são as peças fundamentais para as atividades acontecerem e assim planejarem futuras ações após coletas dos resultados (GOMES et al. , 2000).



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Frente ao exposto, compreende-se que para intervir na realidade indígena é preciso conhecê-la, e tal metodologia, o DAP, se torna adequada, por conter características lúdicas e de fácil aplicação, funcionando de parâmetro na compreensão das demandas locais através do olhar da comunidade. Ainda auxilia na intervenção local caracterizando como ações extensionistas.

A pesquisa de mestrado foi pautado encima de um projeto denominado “Planejamento ambiental participativo adaptado à nova realidade de ocupação da Comunidade Indígena Xucuru-Kariri na região de Caldas/MG”, financiado pelo edital do Programa de Extensão Universitária (PROEXT 2014), pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), campus de Poços de Caldas/MG. O objetivo principal do projeto de extensão era de fazer um planejamento participativo auxiliando a adaptação da nova moradia com dinâmicas de sensibilização, sistematização de informações, oficinas de capacitação e produção de material didático pedagógico de Educação Ambiental. Já o projeto seguiu uma linha paralela realizando um levantamento ambiental local através da metodologia participativa, com técnicas específicas para tal, conseguindo envolver toda a comunidade em busca de ações de melhorias quanto a preservação do meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais.

2. Material e Metodologia

O projeto foi realizado na Fazenda Boa Vista no município de Caldas/MG, morada atual da aldeia indígena Xucuru-Kariri. Por ser uma metodologia aberta, livre para adaptações locais, escolheu-se as técnicas mais simples e efetiva para um levantamento ambiental. Dividiu-se os trabalhos em três etapas com o intuito de melhor atender os objetivos e papéis pré-determinados. Todas as atividades realizadas na aldeia tiveram como objetivo principal os recursos naturais e um levantamento ambiental visando a gestão ambiental e um desenvolvimento sustentável. As ações foram realizadas através de reuniões locais, com aproximadamente 30 indígenas participantes.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Inicialmente realizaram-se reuniões com os líderes da comunidade para explanações sobre o projeto e a convalidação da participação de todos os membros da aldeia. Com o parecer favorável deu-se início as atividades participativas.

Primeira etapa - Análises de Fontes Secundárias: Com intuito de levantar informações prévias, foi utilizada essa técnica que permitiu realizar um pré-diagnóstico local. Nesse processo consultou-se projetos, mapas, estudos científicos, fotos, instituições, secretarias do município e cidadãos caldenses. Permitiu assim conhecer a história da etnia, entender o que levou a recolocação, as dificuldades locais e adaptações ao meio.

Segunda etapa – Levantamento Ambiental: No desenvolver do diagnóstico essa é a fase que se realiza o levantamento ambiental. Em busca de alcançá-lo aplicaram-se cinco técnicas que possibilitaram a aproximação dos mediadores com a comunidade e assim conhecer a realidade local. As descritas nesse trabalho são: Caminhada Transversal: que tem por fundamento coletar dados históricos e a descrição física do local, através de uma caminhada por toda extensão (FREITAS et al., 2012). Entrevista não estruturada: que colabora em levantar dados ainda não conhecidos e/ou esclarecer algumas indagações existentes, através de um diálogo, sem roteiro pré-determinado (SOUZA, 2009). Realidade e Desejo: consiste em diferenciar a realidade da área com o desejo da comunidade (CHAMBERS, 1992). As informações obtidas nesse período pautaram as atividades da etapa seguinte e auxiliaram nas ações futuras.

Terceira etapa – Diagnóstico da Aldeia: Essa etapa se caracteriza como parte final do diagnóstico, realizando o levantamento de informações necessárias para compor o restante da pesquisa. Foram utilizadas nove técnicas, suas aplicações se dividiram em duas por vez. As descritas nesse trabalho são: Matriz de Priorização dos Problemas: auxilia de uma maneira fácil e ágil a priorizar os problemas segundo sua importância. Cenário de Alternativas: é uma ferramenta para encontrar a solução para os problemas anteriormente identificados. Matriz de Tomada de Decisões: uma ferramenta capaz de identificar quem decide a respeito de tudo na área estudada (VERDEJO, 2006).



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



3. Resultados e Discussões

A primeira etapa se estabeleceu com o levantamento histórico da etnia Xucuru-Kariri e do município. Através da técnica Análises de Fontes Secundárias obteve-se detalhes da vida indígena, que se originou de dois grupos étnicos distintos os Xucurus e os Kariris, sendo naturais do Estado de Alagoas da cidade de Palmeira dos Índios. Descobriu-se ainda que parte desse grupo étnico buscou novas terras, devido a inúmeros conflitos, muitos deles violentos, entre fazendeiros da região. Até chegarem a se estabelecerem na Fazenda Agropecuária Boa Vista, moradia da comunidade desde 2001, passaram por três cidades distintas, todas acompanhadas pelo órgão Federal, a FUNAI. É uma etapa destacada relativamente simples, mas não menos importante, pois é a através dessa fase que o facilitador se prepara para as atividades futuras, além do mais, demanda um certo tempo, pois a busca por literaturas autênticas é extremamente importante. É a fase de preparo, onde faz com que o facilitador conheça um pouco da história e da realidade podendo assim vivenciar o local diagnosticado e executar a ponte entre o técnico e os membros da aldeia.

A segunda etapa foi a execução do levantamento ambiental. Executada no mês de setembro do ano de 2014, aplicou-se nessa fase cinco técnicas. Iniciou com a Caminhada Transversal, para a realização da mesma um membro representante da aldeia acompanhou todas as atividades que possibilitou percorrer toda a área diagnosticando-a. O ponto de partida foi no pátio comum existente na área central da comunidade. Já no início ao caminhar por entre as residências identificou deficiência de infraestrutura social básica e com concentração de problemas ambientais. As moradias são predominantemente de pau a pique com telhados de zinco ou Brasilit, sendo que quase todas não possuem instalações sanitárias. Todas as águas servidas são jogadas a céu aberto, ocasionando más condições de higiene e outros problemas. Ainda é possível ver fossas com vazamentos percolando pelo solo, com tampas em péssimas condições, muitas vezes improvisadas com resto de materiais que eles encontram descartados pela aldeia. A problemática dos resíduos sólidos é ainda mais agravante, são descartados indevidamente, sendo comum avistar em todas as vias de acesso, nos quintais das casas e até mesmo em cima de telhados. A comunidade trouxe com ela cultura e crenças



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

tradicionais que tem em sua origem, uma delas é a prática da queima do lixo, porém em Alagoas tinham em sua composição a maior parte orgânico, o que difere muito do que é gerado atualmente na aldeia (Figura 1). A reserva indígena encontra-se a 8km de distância do centro urbano da cidade de Caldas/MG. Facilitando o consumo a produtos industrializados, ao qual não pertenciam antes de saírem do campo, por consequência o descarte de embalagens nocivas à fauna e à flora, que estão agora agregados às suas novas preferências, são descartados em locais impróprios.



Figura 1: Infraestrutura social básica encontrada na área. (A) Tampa improvisada com restos de materiais (B) Resíduos sólidos dispostos nos quintais.

Outras adversidades foram identificadas, agora longe das residências, com as nascentes existentes no local. Problema esse considerado até mesmo pela etnia o mais agravante. Foram encontradas cinco nascentes, apenas uma intermitente, todas irregulares conforme a Lei Nº 12. 651/2012. Duas delas encontram-se com a vegetação



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

mais densa e com difícil acesso, porém as outras três incluindo a intermitente, possuem pouca vegetação, intervenção de animais e próximas a áreas de cultivo agrícola (Figura 2). A visita técnica ocorreu no mês de setembro de 2014, vale ressaltar que em meio a seca histórica já ocorrida na região Sudeste no Brasil. Verificou-se que apesar das nascentes se encontrarem parcialmente desprotegidas, havia uma quantidade relativamente boa de água. Inclusive através da técnica Caminhada Transversal foi possível identificar as áreas de plantio agrícola, o açude e locais ociosos. Ainda nessa etapa aplicou-se o Diagrama de Venn, possibilitando verificar que por sua maioria as entidades não desempenham seu papel fundamentado perante a comunidade indígena. Notou-se que quanto maior a esfera (Estadual e Federal) mais distantes se encontram e as menores (Prefeitura e Secretarias) mais próximas, consequentemente desempenhando suas funções atribuídas conforme conseguem. Outra técnica realizada foi a Realidade e Desejo, onde verificou-se que a comunidade possui desejos próximos das características urbanas, como por exemplo academia ao ar livre (Tabela 1).



Figura 2: Uma das nascentes encontrada desprotegidas e pisoteada por animais.

Tabela 1: Realidade e Desejo Comunidade Indígena.

Desejo	Realidade
Casa de Farinha	Não possuem
Açude	Falta barragem/ Limpeza
Academia ar/livre	Não possuem
Casas	Não tem de qualidade para todos
Creche	Não possuem
Empregos	Tem que se procurar fora da aldeia, muitas vezes não consegue



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Melhores Escolas	Tem apenas uma que não atende a todas as crianças
Subsistência	Não são todos da aldeia que trabalham
Saneamento Básico	Possuem, porém precariamente
Projetos Agrícolas	Não possuem
Terras	Tem 101 hectares mas tem pouca vegetação

A terceira etapa possibilitou finalizar o diagnóstico, com a aplicação de nove técnicas, distribuídas em quatro visitas. Iniciou-se com o Calendário Sazonal, no qual notou-se que a comunidade produz apenas dois tipos de cultura: o feijão e o milho, pois relatam não conhecer mais culturas que prosperem nessa região, uma vez que a área possui características bem distinta de Alagoas. Posteriormente aplicou-se o Mapa da Migração, no qual possibilitou descobrir que a comunidade quase que total é originada em Palmeira dos Índios/AL e ainda conta com imigração de não índios, moradores de Caldas. Com a Técnica Entra e Sai descobriu-se que a etnia não possui muita entrada de renda, até porque o cultivo agrícola não garante a subsistência. A Rotina Diária identificou que eles não possuem rotina, trabalham de acordo com a vontade sem regras estabelecidas. A Árvore Problema técnica de destaque, possibilitou trabalhar demonstrando que através de um problema pode-se identificar suas causas e consequências, o tema trabalhado foi “perda das nascentes” (Figura 3). Essa foi a que melhor proporcionou reconhecer a desenvoltura e o aprendizado dos indígenas após toda aplicação das técnicas de levantamento.



Figura 3: Árvore Problema – desenvolvida pela comunidade.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

O diagnóstico finalizou-se com três matrizes pautando a comunidade para ações futuras. A Matriz de Priorização de Problemas, a primeira a ser aplicada, demonstrou entre todos os problemas levantados no diagnóstico, quais eram importantes aos olhos da comunidade. Obtida através de votação, onde dez indígenas tiveram três votos cada, percebe-se a preocupação dos indígenas com a qualidade da água a ser consumida por eles (Tabela 2). Nota-se que a cultura falou mais alto quanto a priorização dos problemas, onde a limpeza do açude ganhou a posição de segundo lugar, pois atualmente a comunidade não consegue realizar a pesca e o banho de rio, tão presente na cultura indígena, pois o barramento se rompeu. A infraestrutura sanitária e os resíduos sólidos obtiveram a mesma quantidade de votos e por decisão da comunidade a “Fossa Negra” ganhou a sexta posição, onde mostra o pouco entendimento que a comunidade possui quanto ao impacto ambiental e para saúde que essa problemática pode causar. A extração de cascalho classificada em último lugar é o problema que não os preocupam neste momento.

Tabela 2: Matriz de Priorização dos Problemas

Problema	Prioridade	Total de votos	Classificação em ordem de prioridade
“Fossa Negra”	XXX	3	6º
Qualidade da Água	XXXXXXXX	7	1º
Extração de Cascalho	XX	2	7º
Resíduos Sólidos	XXX	3	5º
Nascentes Desprotegidas	XXXX	4	4º
Limpeza do Açude	XXXXXX	6	2º
Melhoria na Escola	XXXXX	5	3º

A Matriz de Cenários de Alternativas (Tabela 3) utiliza as três primeiras classificadas na matriz anterior e procura demonstrar a comunidade quais ações estão ao seu alcance e assim mudar os cenários. A aldeia respondeu efetivamente, percebendo que as mudanças podem iniciar com eles. Durante todo o trabalho demonstraram um grande avanço, pois no início as participações eram tímidas e contidas, porém no final já estavam se dividindo e direcionando ações para cada grupo. A ferramenta auxilia para



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

abrir a mente dos envolvidos, onde pequenas atitudes podem mudar um cenário e ainda ensina o caminho que devem seguir para se obter ajuda externa especializada.

Tabela 3: Matriz de Cenário de Alternativas

Recursos/ Alternativas	Qualidade da Água	Limpeza do Açude	Melhoria na Escola
Mão de Obra	X	X	X
Tempo	XX	XXX	X
Dinheiro	X	XXX	X
Ajuda Externa	X	X	X
Total	5	8	4
Categoria	2º	1º	3º
Categoria de Prioridade (Legenda)	Muito: X Mais ou menos: XX Pouco: XXX Nenhuma: XXXX		

Já a Matriz de Tomada de Decisão não se obteve o resultado esperado, por se tratar de uma comunidade tradicional indígena, todas as decisões partem do cacique. Ou seja, somente o cacique pode resolver e direcionar as ações para mudanças e o restante da população acata o que for decidido. Foi a ferramenta entre todas que mais necessitou de adaptações, pois seu intuito era de dividir a comunidade indígena em grupos e direcioná-los. Porém isso não foi possível devido ao respeito que se teve com a cultura tradicional indígena.

4. Conclusão

O DAP é um processo de pesquisa e levantamento de dados com o foco participativo, onde pretende incluir a perspectiva de todos os integrantes da comunidade estudada. Que possibilita a mudança nos papéis tradicionais, no qual traz para o pesquisador e o pesquisado a responsabilidade pelo resultado final. Por ser uma metodologia relativamente simples e pelo fato de ser participativa pode ser confundida e caracterizada sem rigor científico. Muito pelo contrário, ela acaba por exigir mais dos pesquisadores para que não haja erros ou até mesmo manipulação dos resultados.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

A metodologia se mostrou muito eficiente quanto ao propósito de avaliar a realidade local a partir do olhar da comunidade. Porém ela não tem fim em si mesma, acaba por desencadear novas demandas. Todavia, é um instrumento que desafia a comunidade participante do diagnóstico, a pensar e agir de forma coletiva para mudança local. Esse contato entre o técnico e o empírico é que tornam o seu emprego agradável, além das ferramentas totalmente adaptáveis ao local de estudo. O aspecto lúdico facilita o entendimento e conseqüentemente a expressão de opiniões. Ela ainda proporciona o processo de empatia mais rápido e eficaz entre os mediadores e o público alvo.

Por fim, considera-se que o DAP deve ser utilizado em levantamentos ambientais em comunidades tradicionais ou não, com o intuito de buscar a preservação dos recursos naturais através de ações participativas locais. Ainda se destaca como uma metodologia de extensão capaz de proporcionar a aproximação das instituições de ensino superior com a sociedade, proporcionando na contribuição da formação de cidadãos melhores.

5. Referências

BRASI. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Código Florestal. República Federativa do Brasil, Brasília 25 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 05 set. 2014.

CHAMBERS, R. Rural appraisal: rapid, relaxed and participatory. Institute of Development Studies, Discussion Paper 311, October 1992.

CHAMBERS, R. The Origins and Practice of Participatory Rural Appraisal. Institute of Development Studies, Brighton, U.K, V. 22, N. 7, p. 953-969, 1994.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A.F.; DIAS, M.M. O Uso do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como metodologia de projetos de extensão universitária. Em Extensão, Uberlândia, v.11, n.2, p. 69-81, jul./ dez. 2012.

GOMES, M. A. O.; SOUZA, A. V. A.; CARVALHO, R. S. Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos sócio-econômicos em

ISBN: 978-85-93416-00-2



Apóio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

empreendimentos agropecuários. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v. 21, n 202, jan./fev. 2000.

SOUZA, M. M. O. de. A Utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o Diagnóstico Rural/ Rápido Participativo (DRP). EM EXTENSÃO, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 - 47, jan./jul. 2009.

THIOLLENT, M. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. I CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, João Pessoa – PB, em 10 de nov.de 2002.

VEDEJO, M.E. Diagnóstico Rural Participativo: Guia Prático. Brasília: Revisão e Adaptação: Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Agricultura Familiar, 2006, p. 62.

Realização:



Patrocínio:



Apoio:



ISBN: 978-85-93416-00-2